

## PLANO ESTRATÉGICO DE L&L

### 1. Apresentação

Os primeiros programas de pós-graduação em Letras foram fundados na condição de prolongamento dos cursos de Letras que os propunham. Desde seu aparecimento, a partir da década de 60, do século XX, assumiram denominações que, de uma parte, duplicavam o nome da faculdade ou instituto de onde provinham, sendo então designados tão somente como Letras. De outra parte, porém, organizaram-se programas que elegiam como terminalidade – e, portanto, identidade para os títulos conferidos – uma das áreas disciplinares estudadas no interior do curso de Letras, tais como Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Linguística ou Língua Portuguesa.

A essas terminalidades somaram-se outras, procedentes de áreas emergentes associadas direta ou indiretamente ao campo epistemológico das Letras. Esse conjunto diversificado cresceu numericamente a partir dos anos 1970, sendo abrigado por agências de fomento como CAPES e CNPq no âmbito de uma configuração que tomou a designação de Letras e Linguística, identificação desde o começo problemática, já que colocava em pé de igualdade o suposto continente – as Letras, de que a Linguística fazia parte – e um de seus supostos conteúdos.

O prisma histórico aponta, assim, o aumento quantitativo dos programas de pós-graduação agrupados na área de Letras e Linguística: no começo da década de 1970, existiam cerca de dez programas, e hoje registra-se um total – sempre provisório, dado o desenvolvimento contínuo – de 125 programas. Verifica-se, assim, que a área de Letras e Linguística cresceu aproximadamente 2000% em quarenta anos, sendo que, desde a última avaliação trienal, em 2007, com números relativos a 2006, cresceu cerca de 30%. Além disso, da abrangência originalmente restrita ao sudeste em 1970, a área alcançou distribuição verdadeiramente nacional, já que se encontram programas em todas as regiões do país, de

Roraima ao Rio Grande do Sul. Por sua vez, posicionada na grande área denominada Linguística, Letras e Artes, patenteia-se notável desequilíbrio entre seus componentes: enquanto a segunda – Artes/Música – soma cerca de trinta programas, sob uma coordenação, a primeira, Linguística e Letras, com mais de 125 programas, igualmente com uma única coordenação, abriga um número quase cinco vezes maior.

Por sua vez, a análise horizontal dos programas existentes, no âmbito de área de Linguística e Letras, reconhece um desenho assimétrico, pois constatam-se programas que, de uma parte, assumem uma espécie de “dupla identidade” – são os chamados programas mistos; de outra parte, verificam-se programas que recortam seu perfil de modo mais nítido, optando por concentrar as pesquisas sobre uma área de conhecimento definida, seja no âmbito dos Estudos Literários, seja no dos Estudos Linguísticos. Por último, evidenciam-se ainda programas que, dedicando-se ao estudo de línguas estrangeiras, abordam tanto um idioma, clássico ou moderno, quanto sua literatura correspondente.

Se, por sua vez, o exame a ser feito eleger o estado-da-arte, perceber-se-á que as propostas de programas novos têm buscado recortar com propriedade seu foco de trabalho científico, elegendo enquanto terminalidade e área de concentração não a mera duplicação da antiga terminologia “Letras”, a mais comum para os cursos mistos, como ocorrera nos inícios da pós-graduação brasileira, mas uma terminologia que configure mais claramente tema ou um âmbito de investigação mais delimitado. Tal tendência, fruto do amadurecimento das atividades de pós-graduação em todo o país, com reflexos nas Letras, sinaliza o anseio de especialização, com aprofundamento da pesquisa e da produção científica.

Tais inclinações, a serem examinadas mais detalhadamente neste documento, indicam que Letras e Linguística designam atualmente um campo de conhecimento que parece ter perdido suas fronteiras e delimitações anteriores. Por outro lado, no seu interior, essas fronteiras se explicitam, apontando para duas orientações muito evidentes:

- a) a dos Estudos Literários, ou Literatura;
- b) a dos Estudos Linguísticos, ou Linguística;

Se, enquanto área, Letras e Linguística é difusa, cada uma dessas orientações tem perfil mais claro e auto-explicativo, embora se reconheça complexidade no âmbito de cada uma delas. Eis porque se requer que se altere o modo como se dá a representação atual de

Letras e Linguística nas instâncias administrativas da CAPES e que se dinamizem suas ações junto não apenas a essa agência de fomento à pesquisa, mas a todas as outras, federais e estaduais, e esferas de estado. Este documento aponta para a importância e necessidade da substituição da representação única, designada por Letras e Linguística, por duas representações distintas, dando conta das respectivas identidades com que se organizam atualmente os programas de pós-graduação.

Acredita-se que os efeitos desse procedimento serão altamente benéficos, pois facilitarão o acompanhamento e avaliação mais eficiente dos programas a serem abrigados por cada uma das representações. E, sobretudo, definição de linhas de atuação mais específicas e melhor configuração científica junto às agências de fomento, com projetos mais afinados com as dinâmicas sociais, interfaces de maior organicidade e possibilidade de interação com outras áreas do conhecimento. Como resultado, ter-se-á um novo quadro de referência que propiciará um aumento da qualidade e da eficiência dos programas da área de Letras e Linguística.

O diagnóstico de Letras e Linguística, para os objetivos de planejar o futuro, ou seja, com o objetivo de discutir uma política de longo prazo, implica situar criticamente as duas vertentes disciplinares em suas respectivas histórias no cenário da universidade brasileira, aqui apresentadas de forma sumarizada. Levar-se-á em conta, para tanto, seus movimentos no domínio de conhecimento e suas formas de organização determinadas pelas instâncias institucionais.

## **2. Histórico: Estudos de Linguística**

De forma simplificada, do ponto de vista político-institucional, pode-se considerar o desenvolvimento dos estudos lingüísticos em três períodos.<sup>1</sup> Do ponto de vista institucional, o primeiro período vai da segunda metade do século XIX, e é iniciado pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, e pelo estabelecimento do novo programa de Português para os Exames Preparatórios para o ingresso no ensino superior, em 1887. Este período traz também a fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897) e estende-se

---

<sup>1</sup> Esta posição pode ser encontrada em Guimarães (1994, 2004).

até fins dos anos 30 do século XX, quando da fundação das faculdades de Letras no Brasil: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1934); Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).

O segundo período estende-se do final dos anos 30 até meados da década de 1960. Neste momento o Conselho Federal de Educação (em 1962) inclui a lingüística no currículo mínimo obrigatório dos cursos de Letras no Brasil e cria o Sistema Nacional de Pós-Graduação em 1969. É neste período que se desenvolve no Brasil a lingüística moderna, diretamente ligada às novas condições dos estudos sobre linguagem propiciadas pelos cursos superiores de Letras.

O terceiro período estende-se de meados dos anos 1960 em diante, período em que a lingüística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras; ao mesmo tempo foram implantados cursos de pós-graduação em lingüística, em alguns centros universitários brasileiros importantes.

Tomando a história da constituição dos domínios de conhecimento no Brasil, pode-se dizer que do século XVI a meados do XIX há uma relação direta de Portugal com o Brasil, inclusive como intermediação de conhecimentos produzidos em outros lugares. A partir da segunda metade do século XIX, há uma mudança fundamental. O Brasil passa a relacionar-se diretamente com a Europa e o mundo (dito, “ocidental”), sem a intermediação de Portugal. A partir de então, podem-se considerar três movimentos distintos no modo de se produzir conhecimento no Brasil.

No primeiro movimento (no período que vai dos anos 1880 até o início dos anos 30 do século XX), são os brasileiros que se voltam para fora do Brasil em busca de procedimentos de trabalho e constituição do mundo das idéias. Com frequência os brasileiros vão para a Europa, principalmente, além de Portugal, para a França, Inglaterra e Alemanha.

No segundo movimento (dos anos 1930 a início dos anos 1960), o Brasil traz para suas novas instituições (os cursos de Letras das universidades) cientistas capazes de ajudar a constituir no país novos métodos, novas práticas e novas exigências. Nesta perspectiva temos, na área dos estudos de linguagem, a vinda para São Paulo, na formação do curso de Letras da USP, de professores como Francisco Rebêlo Gonçalves, professor da Universidade de Coimbra e depois da Universidade de Lisboa. Os trabalhos sobre língua portuguesa

na USP terão a marca desta abordagem histórica e filológica. No Rio de Janeiro, para a criação da Universidade do Distrito Federal, vem ao Brasil Georges Millardet, que terá importante papel na formação de Mattoso Camara e Celso Cunha, por exemplo.

No terceiro (a partir da segunda metade dos anos 1960 e principalmente dos anos 1970), o sistema nacional de pós-graduação (estabelecido em 1969 e sustentado pela CAPES) torna possível não só a ida e vinda de pessoas, mas também a constituição de um sistema capaz de uma prática científica sustentada no país. Neste percurso, inicialmente, o Brasil, a partir de suas questões, promove o domínio crescente dos meios de produção de conhecimento e de constituição de uma comunidade científica própria. É este movimento que tornou possível o crescimento da pesquisa no Brasil e a formação generalizada de pessoal de alto nível.

### **A pós-graduação e os estudos de linguagem no Brasil, hoje**

A partir da constituição do Programa Nacional de Pós-Graduação (criado pelos pareceres 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação), desenvolve-se um sistema de pós-graduação que deu ao Brasil condições de participar de modo conseqüente do cenário atual da ciência no mundo. Em 1966, inicia-se a pós-graduação em Lingüística da USP,<sup>2</sup> criado pelo Departamento de Lingüística e Línguas Orientais, separado do de Línguas Vernáculas, e em 1971 a da Unicamp, criada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde se localizava o departamento de lingüística. A Faculdade de Letras da UFRJ terá uma colaboração na pós-graduação em Antropologia (relativa à lingüística) do Museu Nacional, que se iniciou em 1968. Posteriormente a faculdade terá seu próprio programa de pós-graduação em lingüística

Um aspecto importante a constatar é que a constituição inicial dos programas de pós-graduação em lingüística se faz institucionalmente, em certos casos, fora da continuidade dos estudos do português. E isto não deixará de produzir desdobramentos importantes sobre a constituição da área.

Outro aspecto a considerar é que a consolidação de uma política de pós-graduação no Brasil envolve dois movimentos dos órgãos de fomento. Num primeiro momento há um

---

<sup>2</sup> Há que se lembrar também da experiência do mestrado na UnB dos anos 1960 que não prosperou por razões histórico-políticas de todos conhecidas

forte apoio, principalmente através da CAPES e CNPq, no plano federal, para o envio de professores de universidades brasileiras para fazerem seus mestrados ou se doutorarem fora do Brasil. Em São Paulo, este movimento teve particular participação da FAPESP, fundada em 1962, que desenvolveu um programa de bolsas para qualificação de professores das instituições universitárias do Estado. Num segundo movimento, tem-se a consolidação de programas brasileiros que passaram a formar professores e pesquisadores de outras universidades. Isto levou a uma generalização dos estudos pós-graduados em ciências da linguagem em diversas regiões do país.

Estes movimentos da política de pós-graduação acabaram por colocar em convívio permanente no Brasil pesquisadores formados em centros diversos, principalmente dos Estados Unidos ou da Europa. Assim o debate linguístico no Brasil é marcado por esta capacidade de movimentar formações que em outros lugares não se conversam tão diretamente como no Brasil.

No cenário internacional, os estudos linguísticos eram constituídos na Europa por suas posições e desenvolvimentos vindos da lingüística suassureana. Este quadro se caracteriza pelo estruturalismo que se apresenta tanto por uma vertente formal, quanto por uma vertente funcional. Convive com este cenário os desenvolvimentos da semiologia e da semiótica, também num quadro de origem estruturalista. Ao lado disso encontramos também a lingüística enunciativa que, vinda de Benveniste, toma contornos em pelo menos duas direções, como as de Culioli e Ducrot. Estes estudos apresentam uma relação muito particular com a filosofia analítica, de filiação particularmente britânica e alemã. As posições britânicas se projetam tanto para a Europa continental quanto para os Estados Unidos. Ao lado disso, os estudos da linguagem mantêm uma linha filológica e os desenvolvimentos da lingüística histórica que têm uma marca de sua filiação alemã com seus desdobramentos particulares na França, por exemplo. Neste quadro, aparece na Europa, particularmente na França, a análise discurso, que terá fortes desdobramentos no Brasil. O cenário do estruturalismo acabou por levar a outros caminhos vindos das relações abertas pela filosofia analítica que incluem hoje a pragmática, os estudos cognitivos.

Dos Estados Unidos, que têm uma história marcada por posições antropológicas nos estudos da linguagem, vêm as posições formalistas do gerativismo, formadas a partir do

distribucionalismo americano, com forte influência no desenvolvimento da lingüística brasileira a partir dos anos 1960. Os estudos gerativos, cuja figura central é N. Chomsky, são também responsáveis, nos últimos anos, por uma nova lingüística histórica com uma nova posição para se tratar a questão da mudança. Ao lado disso, é também dos EUA um particular desenvolvimento da sociolingüística, com a marca indiscutível de Labov, baseada em procedimentos estatísticos. Ao lado da sociolingüística quantitativa encontram-se também estudos sociolinguísticos de caráter etnográfico e estudos de mudança lingüística que articulam a questão da mudança à variação. Por outra via, verifica-se que o pragmatismo americano coloca em cena, nos estudos da linguagem, a semiótica, a pragmática (afetada pela filosofia analítica inglesa) e os chamados estudos conversacionais. O formalismo americano, desde o começo, será marcado também por posições cognitivistas, que conhece desdobramentos particulares nos últimos anos, alinhados ao novo lugar das ciências da vida no quadro das ciências.

Esta movimentação, tanto no Brasil quanto no exterior, propiciou, dos anos 1970 para cá, uma produção vasta e que se amplia gradativamente com a consolidação do sistema de pós-graduação no Brasil. De forma simplificada, podem ser indicados os seguintes domínios de pesquisa desenvolvidos neste período:

a) o da gramática em que se analisam vários aspectos da sintaxe do Português. No interior destes trabalhos gramaticais encontram-se os estudos de fonologia e de morfologia.

b) o da semântica, incluindo posições como as da semântica estrutural, da semântica formal, semântica da enunciação e da Pragmática.

c) o da sociolingüística, tanto na linha laboviana variacionista quanto em outras perspectivas, como a interacionista. Aqui se pode considerar a Geografia lingüística que sustenta as pesquisas sobre os Atlas linguísticos brasileiros.

d) o da lingüística histórica, a partir de posições diversas: da teoria da variação e da mudança; da gramática gerativa; e do ponto de vista discursivo e enunciativo.

e) o da Análise do Discurso, que teve um desenvolvimento particular no Brasil, em virtude do trabalhos ligados à análise de discurso de linha francesa.

f) o da Semiótica, desenvolvida principalmente em duas vertentes: a da semiótica peirceana; a da semiótica estrutural (comumente chamada greimasiana).

g) o da análise da conversação e da lingüística textual, que no Brasil manteve, em certos casos, relações com a semântica argumentativa.

h) o da filologia e do estabelecimento de textos, com particular renovação no últimos anos, propiciando contato entre os estudos literários e os estudos de linguagem.

i) o da história dos estudos da linguagem, com abordagens diversas e que tem hoje o trabalho específico de um conjunto de pesquisadores em diversas instituições brasileiras que se ocupa da História das Idéias Linguísticas no Brasil.

j) o do estudo das línguas indígenas, particularmente importantes, dada a especificidade do caso brasileiro no que diz às línguas faladas no Brasil.

l) os de um conjunto de outras organizações disciplinares configuradas nos últimos 30 anos: a aquisição da linguagem; a psicolingüística e a neurolingüística; assim como trabalhos que lidam com questões de inteligência artificial.

m) o da lingüística aplicada, com um trabalho que cobre vastos campos de interesse como questões de ensino, instrumentações modernas tendo em vista as novas tecnologias, tradução, etc.

n) o dos estudos normativos sobre o Português. Mesmo que a posição da lingüística não seja normativa, reconhece-se que estudos com este tipo de orientação se mantêm. é importante notar que neste período a produção lexicográfica (de dicionários) acaba sendo incorporada pelas universidades em seus projetos de pesquisa.

### **Emergência e consolidação disciplinar da Linguística**

A emergência disciplinar da Linguística, a partir dos estudos filológicos da linguagem, no início do século XX, ocorreu sob a égide de sua particularização em relação aos estudos da significação, aos estudos literários e de crítica textual, que conviviam com os estudos históricos e comparativos característicos daquela vertente intelectual.

Este processo, abundantemente relatado pelas histórias da disciplina, demonstra, na ocasião, a precedência dos estudos sincrônicos da linguagem, dominados pela descrição dos

sistemas formais nas estruturas das línguas. Em outro contraste com a abordagem anterior, passou-se a praticar a análise de línguas sem tradição escrita, análise focada, portanto, no significante falado, em antagonismo claro à cultura das Letras, até onomasticamente comprometida com a escrita.

A investigação de regularidades formais por parte dos neogramáticos, na qual se enraíza tanto a contribuição epistemológica de Saussure como a sistematização metodológica, operada por Bloomfield, ganha corpo na militância missionária dos lingüistas estruturalistas americanos, que passam a tratá-la, entretanto, como prática de um subcampo da Antropologia. Não pela via das Letras, mas pela pesquisa de línguas indígenas na recém criada Universidade de Brasília e pela associação com a Antropologia do Museu Nacional.

A virada cognitivista dos anos cinqüenta, desencadeada por Chomsky (pressagiada, embora, pelo mentalismo de Sapir e pelo universalismo de Jakobson, que tanto influenciou Mattoso Câmara) consolidou a tendência, já inaugurada por Saussure e o estruturalismo, até por razões ideológicas, da autonomia da Lingüística. Nos termos utilizados por Salomão (*Gragoatá*, 23:2007, p.29), ao ressaltar o peso dos estudos formais: “(...) *a análise formal da linguagem (transformada, com a emergência da lingüística gerativa, em análise da linguagem como sistema formal) produziu a autonomia disciplinar da Lingüística, por ter sido capaz de demonstrar a possibilidade de estudar a linguagem como sistema descontextualizado (ou como competência modular) (...).*”

Esta tendência é hoje amplamente presente nos estudos da linguagem, ao lado de tantas outras posições. Expressa através de “um milhão de teorias da gramática” (no dizer irreverente de James McCawley, um dos milionários...), é abraçada por um sem-número de atividades subdisciplinares e/ou aplicadas, que atestam o enorme sucesso da Lingüística do século XX como empreendimento acadêmico e político. Haja vista, na segunda metade do século XX, a proliferação nas universidades americanas de Departamentos de Lingüística separados tanto dos Departamentos de Antropologia como dos Departamentos de Inglês, de Clássicas, ou de outras línguas.

Essa trajetória bastante esquemática não faz justiça às dissidências, às diversas vertentes de tratamento da significação, todas elas buscando interlocução com outros saberes (com a filosofia, com as ciências sociais, com as ciências cognitivas). Nem diminui a pros-

peção de que a Linguística do século XXI, sob pressão das jovens ciências cognitivas (especialmente das neurociências) e frente ao advento das novas tecnologias da informação, tende a sofrer um radical redesenho de suas fronteiras disciplinares. Tais lacunas não invalidam, entretanto, a tese do isolamento disciplinar da Linguística no campo das Letras.

Relevante é a relação forte, no Brasil, entre educação e estudos da linguagem. Parece que desde sempre, estudou-se a língua portuguesa na pretensão de “ensiná-la”, sob uma perspectiva normativa. A presença da Linguística entre as Letras herda este viés, ainda que seja para invertê-lo e para praticar uma ampla legitimação da variedade dos falares e de suas distintas modalidades de uso, contribuindo, de forma definitiva, para estabelecer a deriva da língua portuguesa no Brasil, sua convivência com as línguas nativas e com as línguas africanas, e descrever suas especificidades e convergências frente ao Português Europeu. Sob esta mirada, a presença da Linguística nas Letras tem um caráter emancipatório, que muito bem se expressa em muitas linhas de pesquisa das ciências da linguagem presentes em muitas instituições.

Hoje há uma comunidade numerosa de linguistas, que milita em fronteiras inovadoras, que nem chegam a ser reconhecidas pelas subclassificações das áreas de pesquisa do CNPq (que não inclui, por exemplo, os estudos do processamento da linguagem, ou os de linguística computacional, ou os de neurolinguística...). Vale também ressaltar que esta comunidade de linguistas, apesar das diversidades de sua prática, é profundamente ciosa de sua identidade acadêmica.

A tendência da linguística é assumir, cada vez mais, as práticas científicas afastando-se, também por esta via, da tradição das Letras. As práticas que se desenham a partir deste conjunto de saberes desdobram-se em um leque de opções profissionais das quais a licenciatura em línguas é apenas uma. Os trabalhos com as TIs, especialmente a Modelagem e o Reconhecimento da Fala e o Processamento de Linguagem Natural, vêm imediatamente à lembrança. Além disso, formações clínicas de diversas naturezas requerem hoje o concurso da Linguística.

Há uma terceira frente de impacto a ser reconhecida para os estudos linguísticos: trata-se de área que vem sendo crescentemente relevada pelos organismos internacionais (ONU, UNESCO) e que concerne aos direitos linguísticos. O ano de 2008 foi celebrado

pela ONU como o Ano Internacional das Línguas. Num país continental como o nosso, no qual se falam quase duzentas línguas com amplo desconhecimento da própria população brasileira e num quadro de políticas públicas insuficientes para o setor, a dimensão política do estudo e do ensino de linguagem ganha uma grandeza e uma responsabilidade indiscutíveis.

### **3. Histórico: estudos da Literatura**

Entre o século XIX, com o desenvolvimento da imprensa e da familiaridade entre a literatura e jornalismo, e a década de 1960, quando começam a se tornar expressivos os frutos dos estudos literários empreendidos pela universidade brasileira, constituiu-se no Brasil uma sólida tradição de crítica. Produzida por intelectuais diletantes, escritores e jornalistas, essa crítica literária foi indispensável para a formação do sistema autor-obra-público, apontado por Antonio Candido como condição de possibilidade para a instituição da Literatura Brasileira.<sup>3</sup>

Entre 1830 e 1950, a crítica literária brasileira exerceu a dupla tarefa de orientar a produção literária e mediá-la, preparando-lhe o público necessário, e, em paralelo, assegurar os vínculos entre literatura e nacionalidade, ou entre a literatura e o reconhecimento da diversidade social, cultural e geográfica do país.

Evocar a tradição consolidada pela crítica veiculada na imprensa e pelo ensaísmo literário permite que se destaque, como especificidade relevante do campo dos estudos literários no Brasil, a sua intensa e histórica articulação com a vida social, com a dimensão política e cultural e, principalmente, o seu relevo para a própria existência de seu objeto – “a literatura” –, enquanto instância indispensável de validação e difusão. Por outro lado, permite a compreensão do que efetivamente está em pauta na disciplinarização efetiva do campo dos estudos literários, na década de 1960 e no bojo de dois eventos simultâneos: a reforma da universidade brasileira e a criação do sistema nacional de pós-graduação.

---

<sup>3</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*. 2ed. São Paulo, Martins, 1964. Vol.1

Já no início do século XX a polêmica entre Silvio Romero e José Veríssimo – iniciadores de duas linhagens de longa duração nos estudos da literatura brasileira – traz a dilemática opção entre a apreciação histórico-cultural e a ênfase na dimensão estética, debate que terá férteis desdobramentos nos anos de 1960 e 1970 no âmbito universitário.<sup>4</sup> Embora seja relevante ressaltar que, entre a criação dos cursos de Letras, no final dos anos de 1950, inseridos nas Faculdades de Filosofia quando da constituição das primeiras grandes universidades brasileiras (Universidade de São Paulo, em 1934, e Universidade do Brasil, em 1939, no Rio de Janeiro), a participação da universidade nesse debate foi pouco significativa.<sup>5</sup>

Este breve quadro do percurso e do relevo da crítica literária contribui para a contextualização do início da Pós-Graduação em Letras no Brasil, ao lado de outras dimensões que devem ser consideradas, atinentes à disciplinarização do campo dos estudos literários; às vertentes teórico-críticas que prevaleciam, à época, nos dois principais pólos estrangeiros de formação dos intelectuais professores; à especialização e atuação dos profissionais dedicados ao estudo da literatura a serem qualificados; e, finalmente, mas não com menor importância, relativas ao próprio literário, seu objeto.

No que se refere à disciplinarização, é significativa, em 1961, a preterição do termo tradicional – “Letras” – na criação do Instituto de Estudos da Linguagem da então recentíssima Universidade de Campinas, no seio do debate sobre a reforma universitária, pois contém, simultaneamente, as três dimensões que passarão a afetar indelevelmente a área. Em primeiro lugar, constitui um marcador de diferença claro entre a tradição não universitária do beletismo, do prestígio da literatura ou da palavra escrita contidas em “Letras”, e a nova perspectiva que se desejava instalar, de privilégio dos estudos da linguagem; em segundo, como um seu correlato, expõe o relevo que se desejava dar à pesquisa científica e a produção do conhecimento especializado, em detrimento da intervenção cultural ampla e não

---

<sup>4</sup> Cf. LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1997. (Tese de Doutorado) p.147-163. A tese forneceu subsídios para esta síntese do percurso dos estudos literários no Brasil.

<sup>5</sup> Em 1959, quando foram publicadas a *Formação da Literatura Brasileira*, por Antonio Candido, e *A literatura no Brasil*, organizada por Afrânio Coutinho, esses estudiosos não integravam os quadros docentes dos já sedimentados cursos de Letras, apesar de seu reconhecimento como nomes expressivos da crítica literária, como ressaltava Rachel Lima.

profissionalizada; em terceiro, firma a separação entre estudos linguísticos e estudos literários, expressa nos dois departamentos iniciais (Teoria da Literatura e Linguística); e, por último, o que é crucial no processo de disciplinarização daquela época, traduz a nítida supremacia e influência da Linguística para o conjunto das Ciências Humanas.

A obrigatoriedade da Teoria da Literatura, introduzida no currículo mínimo dos cursos de Letras do país, no final da década de 1960, é indicadora das vertentes teórico-críticas que entraram na cena universitária brasileira, trazidas por uma geração de professores formados no exterior, especialmente nos Estados Unidos e na França, e culmina o debate que estava sendo travado entre os defensores da “abordagem extrínseca”, histórico-sociológica, erudita e humanista, que até então prevalecera, e os “immanentistas”, que pleiteavam o estudo da “especificidade do literário” e a focalização no “trabalho da linguagem”. São evidentes neste debate os efeitos da pulsão disciplinar, na delimitação do objeto próprio e na busca de um instrumental conceitual e metodológico específico.

É neste contexto que se constitui o sistema nacional de pós-graduação brasileiro e têm início os mestrados e doutorados da área. Os primeiros deles, criados na Universidade de São Paulo (1966)<sup>6</sup> e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968), em Linguística, explicitam o vigor a ciência matriz à época, mas também atestam que duas subáreas, estudos linguísticos e estudos de literatura, com recortes de objetos e procedimentos distintos, compõem o território genericamente designado como “Letras”.

Em pouco mais de uma década (1966-1979), os cursos de Pós-Graduação na área de Letras e Linguística se espalharam por todo o país, a exceção da região Norte. Nesse cenário, visualiza-se, nos núcleos de estudos literários, as relações de familiaridade decorrentes do poder disseminador das grandes instituições localizadas no eixo Rio-São Paulo, que estão na origem do sistema e foram formadoras privilegiadas dos quadros docentes que possibilitaram a expansão dos mestrados e doutorados no país.

A convivência com a hegemonia da Linguística pode ser considerada fator relevante para a emergência, no campo dos estudos literários, de um corpo teórico capaz de lhe asse-

---

<sup>6</sup> Nos dados relativos à cronologia da pós-graduação em Letras disponíveis (CAPES), todos os cursos da USP aparecem tendo como data inicial 1971, que corresponde de fato, ao seu reconhecimento pelo sistema federal (MEC) e não à sua criação e início de funcionamento.

gurar identidade própria e fundamentação diferencial, enquanto território disciplinar. Prova disto é que, após a influência do New Criticism americano, a grande vertente crítica a penetrar na universidade brasileira é o estruturalismo, com seu núcleo duro ancorado na linguística saussuriana. Paradoxalmente, entretanto, a base lingüística que foi absorvida como um contributo à cientificidade e ao rigor dos estudos da literatura teve como efeito a separação das duas subáreas.

Foi, portanto, num saudável e produtivo contexto de trocas, mas também de atrito, no plano teórico e metodológico, que se constituiu a profissionalização e a especificidade dos estudos da literatura, ao tempo em que se consolidaram, no Brasil, os cursos de Mestrado e Doutorado. Neles, a produção do conhecimento e as atividades de formação estavam orientadas segundo das subdivisões internas, também claramente disciplinares, do campo: teoria da literatura, literatura brasileira, literatura portuguesa, outras literaturas estrangeiras e, bem mais rara à época, literatura comparada.

Analisadas as áreas de concentração desses cursos, algumas constatações se impõem. Em primeiro lugar, nas grandes universidades centrais, detentoras de um corpo docente previamente titulado, em sua maioria no exterior, prevaleceram os cursos de Mestrado e Doutorado específicos, no âmbito da Linguística ou no âmbito da Literatura, a exemplo da USP, da UNICAMP e da UFRJ, boa parte deles hoje avaliados como de excelência. Em segundo, nas universidades fora do centro político-econômico e cultural do país, ou nas universidades privadas (como PUCRS e PUCRJ), a criação de cursos de pós-graduação é marcada por duas constantes significativas: a abertura inicial apenas do Mestrado e a presença de duas áreas de concentração claramente demarcadas, em Linguística e em Literatura.

Apesar do número pequeno de novos cursos, em relação ao período anterior,<sup>7</sup> a década de 1980, especialmente em seu final, apresenta um segundo momento de intensos debates e transformações no âmbito dos estudos literários, que podem ser aqui sintetizados na emergência e expansão da Literatura Comparada. Se até então a abordagem do literário na pós-graduação esteve predominantemente polarizada entre a teoria da literatura e o estudo das literaturas nacionais (brasileira, portuguesa e estrangeiras), como bem o expressam as

---

<sup>7</sup> Sete cursos de mestrados e quatro doutorados em instituições que já ofereciam o Mestrado.

áreas de concentração predominantes no sistema, a sintonia dos pesquisadores brasileiros com dois eventos de impacto internacional – o XI Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (1985, em Paris), e o I Seminário Latino-americano de Literatura Comparada (1986, em Porto Alegre) – trouxe novas configurações para a subárea.

A criação da Associação Brasileira de Literatura Comparada- ABRALIC em 1986, no bojo do segundo evento citado, além de constituir a primeira grande possibilidade de articulação e diálogo para os professores e pesquisadores de literatura, estava impregnada das principais questões que, a partir de então, vão proliferar no campo dos estudos literários no Brasil.

Apesar de a Literatura Comparada ser uma das disciplinas mais antigas nas tradições europeia e americana da abordagem do literário, no Brasil ela teve relevo secundário ou inexpressivo até o final dos anos de 1980, em virtude do contraste entre sua perspectiva claramente cosmopolita (ou universalista) e hierarquizante, própria do conhecimento produzido nos grandes centros, e a ênfase no nacional e na diferença cultural, peculiar às regiões periféricas.

O ingresso da Literatura Comparada na cena universitária e intelectual brasileira, no final da década de 1980, coincide com a grande alteração nas práticas comparatistas que agitaram os dois eventos, cujo núcleo ou idéia primordial derivava das profundas alterações culturais, políticas e estéticas que se tornavam já visíveis nas décadas finais do século XX: a auscultação das vozes minoritárias, especialmente a partir das produções teóricas e literárias de autoria feminina ou de autoria periférica, seja na perspectiva geopolítica seja no âmbito da própria produção cultural nacional; o questionamento das hierarquizações instituídas entre cultura letrada e erudita, de um lado, e a cultura popular e massiva, de outro; e, finalmente, os sinais efetivos da globalização econômica e cultural que, a partir de então desenharam novos cenários para a abordagem do literário.

Confrontadas, as passagens das décadas de 1960/1970 e das décadas de 1980/1990, nos estudos literários, percebe-se, em aspectos teórico-metodológicos e, especialmente no plano dos objetos (temas ou *corpus*) privilegiados para a pesquisa, um contraste significativo. No primeiro momento, sincrônico ao surgimento e consolidação do sistema da pós-graduação, prevaleceu o impulso delimitador, a busca da especificidade do objeto (a litera-

tura) e a constituição de um aparato teórico-metodológico específico, capaz de diferenciar e profissionalizar, a abordagem do literário, dando-lhe estatuto científico.

No segundo grande momento de configuração dos estudos literários no Brasil, pode-se constatar o predomínio de uma pulsão inversa, que, por um lado, resultou na tendência a reemergir o literário e seu estudo nas textualidades mais amplas da cultura, da história e da vida social e política; por outro, na substituição do aparato disciplinar específico ou do diálogo privilegiado com a Linguística, por uma perspectiva marcadamente multidisciplinar, em especial pela progressiva inclusão, no referencial bibliográfico de fundamentação, do conhecimento produzido por outros campos das Ciências Humanas (com destaque para a Antropologia e a História), e das Ciências Sociais Aplicadas, através dos estudos de Comunicação.

Se no nível mais alto da institucionalização – denominação de programas e de áreas de concentração –, as mudanças são pouco expressivas até o final da década de 1990, o exame das linhas ou projetos de pesquisa e, de forma mais contundente, dos títulos da produção bibliográfica dos docentes e das dissertações e teses dos titulados, exhibe o grande deslocamento da abordagem do “estritamente literário” para as suas margens, sejam elas textuais (através o notável incremento do estudo de fontes primárias, especialmente de acervos de escritores e dos documentos da vida literária e cultural); seja pela eleição, como objeto de investigação, de outras linguagens artísticas ou da cultura popular e massiva (âmbito em que se destacam os estudos da música popular brasileira e das tradições orais e populares); seja ainda pela emergência dos estudos que, preterindo a perspectiva nacional, privilegiam a produção cultural e literária impregnada pelas demandas identitárias de segmentos emergentes, em perspectiva étnica, de gênero, sexual ou até etária, ou, na mesma direção, privilegiam o estudo da produção cultural e literária de outros espaços periféricos, a exemplo do incremento da abordagem das literaturas africanas de língua portuguesa; finalmente, esse deslocamento para o entorno da obra literária incrementou os estudos de recepção e de outros fenômenos sócio-culturais, como a leitura e o ensino.

Dois efeitos desta reconfiguração têm grande relevo para o atual perfil do sistema nacional de pós-graduação no âmbito da literatura. Em primeiro lugar, preterida a ênfase na dimensão nacional e instalada a perspectiva comparativa, o diálogo e intercâmbio com pes-

quisadores, publicações e instituições estrangeiras – estimulado e institucionalizado como política nacional pela CAPES, através de convênios e editais – teve um significativo crescimento, numa área onde tradicionalmente foram mais restritos, se comparados aos da Linguística. Como desdobramento significativo desse processo de internacionalização e dos congressos da Abralic, ampliaram-se consideravelmente os contatos acadêmicos e intelectuais com a América do Sul e com o Canadá, o que foi inovador e salutar, e intensificaram-se as iniciativas de formação de redes de pesquisa interinstitucionais, com vários países da Europa e com os Estados Unidos. Em segundo, a menor ênfase nos estudos da literariedade, ou no privilégio da textualidade literária, teve como efeito a expansão das abordagens que contemplavam a diversidade e a complexidade dos universos culturais em que devem atuar os responsáveis pelo ensino da literatura.

#### **4. Expansão e tendências**

A expansão da Pós-Graduação da Área de Letras e Linguística no Brasil, com seu diferenciado ritmo de crescimento ao longo do tempo, e com as suas principais tendências constituidoras, no que se refere a áreas de concentração exclusivas em Linguística ou em Literatura ou de constituição “mista”, pode ser visualizada na breve análise a seguir, que contempla a criação de novos programas por década.

Nos treze anos que se seguem às iniciativas pioneiras da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (de 1966 a 1979), com o estímulo da política de capacitação de pessoal docente sob a supervisão da CAPES, foram criados no Brasil 36 Cursos de Pós-Graduação na área de Letras e Linguística, recobrando todas as regiões do país, com exceção da região Norte. Fora da região Sudeste, esses núcleos de pós-graduação se restringiam, em sua maioria absoluta, aos cursos de Mestrado. Desses 36 programas, onze dedicavam-se aos estudos lingüísticos, sete ao estudo da literatura, oito estavam no âmbito das línguas e literaturas estrangeiras, modernas ou clássicas, e dez tinham constituição mista, com áreas de concentração específicas em Linguística e em Literatura. É importante registrar que 90% dos programas “mistos” pertenciam a instituições fora do eixo Rio-São Paulo.

Até 1973 estavam em funcionamento dezesseis cursos de doutorado, todos eles vinculados a apenas três universidades: USP, UFRJ e PUCRJ. Desses, seis dedicavam-se exclusivamente à Lingüística e quatro à Literatura, sediados todos na USP e na UFRJ. Apenas dois programas de pós-graduação nessa década podem ser considerados como “mistos”, ou seja, subdivididos em áreas de concentração em Linguística e em Literatura (Letras da PUC-Rio e Letras Vernáculas da UFRJ).<sup>8</sup> Se considerado que esses doutorados foram os principais responsáveis pela titulação do corpo docente das demais universidades brasileiras à época, pode-se concluir que a preterição do modelo original de cursos pós-graduação exclusivos, em Literatura ou em Linguística, e a emergência dos programas “mistos”, que se constata no desenvolvimento do sistema nas demais regiões do Brasil, foi um resultado contingencial da escassez de quadros qualificados, e não uma diretriz ou vocação da Área.

Reforça este diagnóstico da escassez de quadros qualificados o fato de que a proliferação da pós-graduação em Letras no Brasil, até o final da década de 1980, constitui-se basicamente com a criação de Cursos de Mestrado.<sup>9</sup> Da observação das datas de criação dos respectivos doutorados (majoritariamente na década de 1990) conclui-se que, em média, cerca de vinte anos foram necessários entre o início dos mestrados e o início dos doutorados nas instituições brasileiras situadas fora da região sudeste ou, mais especificamente, fora do eixo Rio – São Paulo.

O quadro dessa primeira geração de programas de pós-graduação, em síntese, exhibe, além da sua consolidação, aspectos que são relevantes quando, no presente, intenta-se avaliá-lo compreensivamente e empreender o planejamento estratégico de seus rumos. Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, atesta as diferenças regionais e o relevo de instituições centrais, como matrizes de todo o sistema. Em segundo, demonstra, indubitavelmente, que a articulação entre estudos de literatura e estudos linguísticos nos programas de pós-graduação brasileiros, dois campos que construíram e sedimentaram suas singularidades disciplinares nesse mesmo período, deu-se pela necessidade de expansão e nacionali-

---

<sup>8</sup> Os seis demais doutorados são relativos a línguas estrangeiras modernas ou clássicas, no âmbito das quais, não importa a instituição em que se localizem, a diferenciação entre estudos linguísticos e estudos de literatura não repercute como área de concentração independente.

<sup>9</sup> Foram criados 21 Mestrados até 1979.

zação do sistema de pós-graduação, e não como peculiaridade primordial da área de conhecimento.

Entre 1980 e 1989, em contraposição aos anos iniciais, foram criados apenas sete novos cursos de mestrados (dois no Nordeste e os demais no Sudeste), além de quatro doutorados, em instituições que já ofereciam o mestrado. Em relação a sua composição, inverte-se a tendência da década anterior, pois a sua maioria tem constituição mista.<sup>10</sup>

Na década de 1990 retorna o ritmo inicial de crescimento do sistema, tanto no plano qualitativo, com a abertura de catorze Doutorados em programas que possuíam apenas o mestrado, quanto no plano quantitativo, com a criação de dezoito novos programas, quatro com mestrado e doutorado e catorze apenas com o nível de mestrado. A sua distribuição por foco disciplinar, entretanto, não se diferencia do panorama inicial: são oito programas concentrados em Linguística, quatro em Literatura, e apenas três “mistos”, com duas áreas de concentração, em Literatura e em Linguística.

A partir de 2000, a pós-graduação na Área de Letras e Linguística volta a ter um significativo crescimento, fruto do reinvestimento na política nacional de capacitação docente e de ampliação da formação de pesquisadores. Em paralelo, constata-se o êxito da política de universalização da pós-graduação, no sentido de atingir todas as regiões do país, especialmente as grandes e médias cidades do interior, reconhecendo-se o papel que instituições públicas estaduais e instituições privadas de qualidade passaram a desempenhar para a democratização do diploma universitário. Disto resulta, por exemplo, que mais de um terço dos 29 novos programas (mestrados) criados entre 2000 e 2006 pertence a universidades particulares, predominantemente fora de capitais e nas regiões Sul e Sudeste; cinco situam-se em universidades estaduais, com localização análoga (à exceção da UNEB, em Salvador-BA); e onze estão vinculadas a universidades federais mais recentes, também predominantemente fora das capitais. É significativo também para as tendências da pós-graduação na grande área que apenas quatro desses programas mais recentes sejam “mistos”, sete tenham a Linguística como área única e onze se dediquem aos estudos de Literatura, evidenciando a alteração do padrão de distribuição anterior, quando prevalecia a focalização nos estudos linguísticos.

---

<sup>10</sup> São quatro programas “mistos”, dois em Linguística e uma em Literatura.

O mais inovador no quadro geral da grande Área a partir de 2000, é que nesta década atual surgem programas cuja denominação e definição de áreas de concentração abandonam a terminologia disciplinar tradicional, institucionalizando as alterações que vêm se processando desde o final dos anos de 1980, nas duas subáreas. Entre eles, alguns exemplos de estruturação e de denominação (do próprio programa e das linhas de pesquisa) são expressivos por exibirem a sua nucleação em um recorte temático ou um problema de investigação, o que pode ser considerado uma tendência promissora para a Área.

Paradoxalmente, esses mestrados recentes apresentam uma sugestão exemplar para alguns programas antigos e consolidados, cujo crescimento se associa hoje à perda de foco, pela distância cada vez maior entre os termos chave disciplinares, que os estruturam, e o que efetivamente se empreende como pesquisa e produção de conhecimento. A definição da área de concentração e/ou de linhas de pesquisa a partir de um tema, um problema ou um objeto de investigação, além ser ponto de partida favorável ao exercício efetivo da multidisciplinaridade, é providencial para se atingir a focalização indispensável às atividades de investigação e formação em um programa de pós-graduação.

## **5. Considerações finais/metapas**

Ao longo de quatro décadas, por consenso tácito e também pela influência da denominação que prevalece nos cursos de Graduação, sedimentou-se o termo “Letras” como designação geral para os programas de pós-graduação na Área de Letras e Linguística. Com o desenvolvimento paralelo das duas sub-áreas, enquanto campos bem delineados e consolidados de pesquisa e produção de conhecimento, no ambiente universitário e nas instituições de fomento e de gerenciamento do sistema, passou a vigorar a identificação entre “Letras” e estudos da literatura. Assim a CAPES atualmente classifica os programas, em Letras e em Linguística. Entretanto, o exame da “Área Básica” registrada em cada programa evidencia que não há um critério claro, nem consensual sobre o que seja um programa “em Letras”. A referência ocorre tanto para programas dedicados exclusivamente aos estudos de literatura/cultura, quanto para programas mistos, com áreas de concentração em estudos linguísticos e em estudos de literatura, quanto ainda para programas exclusivamente voltados

para a linguística. Sendo assim, a quantificação dos programas em “Letras” e em “Linguística” disponível a partir da CAPES deixa a desejar.

Em anos mais recentes, além da problemática classificação dos programas mistos (como Letras), um outro fato ganha relevo: os programas de área consolidada, cujas linhas de pesquisa evidenciam que neles se empreendem estudos linguísticos e estudos de literatura. Se até uma década atrás estavam neste caso os programas de pós-graduação em línguas estrangeiras, atualmente, como foi visto, começa a proliferar um novo grupo de programas de área única, com definições não disciplinares e predominantemente nucleados em torno de um recorte ou um tema de pesquisa. Tanto o primeiro grupo quanto o segundo têm como Área Básica “Letras”.

Este aspecto evidentemente não constitui o problema central da Área na atualidade. Mas a classificação imprecisa é um complicador, quando se pretende equacionar as graves dificuldades que a Área enfrenta, em termos quantitativos, pela proliferação – desejável – dos programas, e em termos qualitativos, pelo desenvolvimento e adensamento das singularidades de suas grandes subáreas, o que também é positivo.

Os efeitos complicadores do crescimento da Área de Letras e Linguística começaram a se tornar visíveis ao final do triênio 1998-2000, nos trabalhos de avaliação. Não só a quantidade de programas e a sua dimensão cresciam significativamente, e em consequência aumentava a quantidade de dados a analisar, como, principalmente, apresentavam-se, cada vez com mais frequência, as dificuldades de adequação de critérios gerais da Área na análise de especificidades do funcionamento de cada uma das subáreas. Foi, entretanto, na avaliação ao final do triênio 2004-2006 que ficou evidente a mais grave consequência do crescimento interno dos programas, especialmente dos programas mistos mais antigos, nos quais transpareciam a ausência de uma focalização clara e flagrantes desequilíbrios entre áreas e linhas de pesquisa.

Para o campo dos estudos literários especialmente, se considerados a diversidade dos objetos de investigação, as tendências mais recentes ao diálogo com outros territórios das Ciências Humanas e o relevo que vem adquirindo a dimensão cultural nos estudos da literatura, pode-se constatar que, na maioria dos casos, os grandes programas mistos funcionam no presente como uma reunião formal ou acadêmico-institucional de dois grandes gru-

pos de pesquisadores, à qual faltam a organicidade e a convergência de interesses e trocas intelectuais necessárias a um desempenho científico mais qualificado.

Em quatro décadas, os estudos pós-graduados em Letras e Linguística no Brasil consolidaram-se e se expandiram, atingindo todas as regiões do país e contemplando instituições públicas, federais e estaduais, e instituições privadas, conquistaram reconhecimento nacional e internacional, além de terem se tornado modelares para a América do Sul e outras regiões não centrais.

Se comparados ao desenvolvimento dos estudos pós-graduados em outros países, fica patente que não só no Brasil um direcionamento mais específico na pesquisa e formação científica se tornou condição de possibilidade para o desempenho de excelência. De forma análoga ao que ocorre aqui, nas instituições de maior prestígio acadêmico prevalecem os núcleos de pós-graduação claramente focalizados e vinculados a um campo ou objeto de estudo. Como exemplo disto podem se citadas:

a) na Europa, a Universidade de Cambridge (Inglaterra), na qual a pós-graduação da *Faculty of English* oferece programas com foco definido pelo recorte nacional (*American Literature*), ou por períodos literários delimitados (*Eighteenth Century and Romantic Studies, Medieval Literature, Renaissance Literature*) ou ainda por tópicos delimitados (*Culture and Criticism*), em paralelo à pós-graduação em Linguística, oferecida pelo seu Departamento respectivo;

b) nos EUA, nas universidades mais reconhecidas, há também uma nítida opção pela pós-graduação com foco específico. Na Universidade de Harvard, por exemplo, há programas de literatura (*Comparative Literature, The Classics*) e de Linguística (*Linguistics, English*). A Universidade de Stanford possui um departamento específico (*Department of Linguistics*), com um programa de pós-graduação em Linguística, e um departamento de Literatura Comparada, com um programa de pós-graduação em Literatura Comparada;

c) no âmbito da língua portuguesa, a Universidade de Coimbra dá ênfase a programas “não-mistos”, em literatura (Literatura de Língua Portuguesa; Poética e Hermenêutica etc.) ou em linguística (Estudos de Tradução, Língua Estrangeira e Língua Segunda);

d) na América do Sul, onde o desenvolvimento da pós-graduação é bem mais recente, a Universidade do Chile tem um Programa de Doutorado em “*Literatura con Mención en Literatura Chilena e Hispanoamericana*” e Mestrados ou em Literaturas, ou em

Linguística. Na Universidad de La Republica (Uruguai), há um Mestrado em *Literatura Latinoamericana* e um em *Lenguaje, Cultura y Sociedad*. A Universidad de Buenos Aires oferece mestrados em *Literaturas española e latinoamericanas* e em *Análisis del Discurso*. A Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, destacam-se os Estudos Lingüísticos, com um Doutorado em Ciências da Linguagem e diversos Mestrados (Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira, Tradução e Inglês), em contraste com apenas um Mestrado em Culturas e Literaturas Comparadas.

Colocam-se como metas de Letras e Linguística, em face das considerações deste documento:

- a) O reconhecimento da especificidade e autonomia da área de Literatura e da área de Lingüística, tendo em vista a urgência de se desenvolverem políticas com um foco mais bem definido, em termos de projetos de investigação científica e atividades formativas em nível de pós-graduação.
- b) Substituição da representação única designada atualmente por “Letras e Linguística”, na estrutura administrativa e decisória da CAPES, por duas representações autônomas, uma para a área de Literatura, e outra para a área de Lingüística.
- c) Obtenção na CAPES a divisão de Letras e Linguística, em Programas de Estudos de Literatura, Programas de Estudos de Linguística e Programas Interdisciplinares de Linguística/Literatura.
- d) Revisão de toda a designação de “Área Básica”, na identificação e classificação dos Programas, inclusive nos sistemas informatizados de coleta de dados e emissão de relatórios de avaliação, de modo a adequá-los às novas definições de áreas.

Nos programas onde a interdisciplinaridade se efetivar entre esses campos do conhecimento, preservar a estrutura dos chamados “programas mistos”, que passarão a ser designados como Programas Interdisciplinares de Lingüística/Literatura. É de se observar, nos campos da Literatura e da Lingüística, que o conhecimento inovador vem de interações interdisciplinares a partir dessas áreas. Por deliberação exclusiva desses programas, eles serão alocados em uma dessas duas áreas básicas.

Por último e não menos importante, a autonomia das áreas de Letras e Linguística se justifica também pelo elevado número de programas (125 programas), o que tem obrigado a uma avaliação trienal dividida entre três grupos de docentes. Os mesmos problemas ocorrem no conjunto das avaliações da Capes e de outras agências, quando os consultores se sentem desparelhados para analisar projetos que escapam ao seu campo disciplinar de atuação. Com a autonomia, estarão sendo criadas condições para uma avaliação mais qualitativa, inclusive na definição de critérios para a qualificação de periódicos, livros, eventos. Hoje, dado o volume dessas produções, tais qualificações tornam-se difíceis, pedindo sempre comissões mistas e, no caso dos periódicos, a busca de uma certa reciprocidade formal, quando a questão é de mérito.

Em paralelo, a efetivação da autonomia das áreas de Linguística e de Literatura cria condições para ações políticas mais específicas em torno de projetos temáticos de interesse sociocultural. São muitos os exemplos em outras grandes áreas do conhecimento, onde a partir de um melhor foco foi possível a criação de editais específicos, nas agências financiadoras, com forte aporte de recursos. É importante que Letras e Linguística tenham uma boa compreensão de que a flexibilidade possibilita articulações também com essas áreas científicas. Um exemplo, o crescimento da Saúde Coletiva após seu desmembramento da Medicina permitiu que a qualificação dos periódicos se adequasse melhor às especificidades dessa nova área. Com melhor foco do que o genérico Medicina, essa área vem desenvolvendo ações e projetos, com ampla possibilidade de financiamentos. Está em discussão na Capes a criação de uma nova área, a de Biodiversidade, realocando programas que figuram atualmente em Ecologia, Zoologia e Botânica. Observem-se as segmentações das ciências da vida, das engenharias e das áreas tecnológicas. Não são segmentações estanques, pois que as várias áreas estão constantemente buscando novas associações, em função das demandas que vêm da vida social.

A efetivação da autonomia das áreas poderá criar bases para uma reformulação dos cursos de graduação, sejam na formação de profissionais que não atuarão necessariamente na área educacional e também na formação de docentes para o ensino básico e médio. A pesquisa deve ser indissociável da formação desse profissional, a ser aprofundada na pós-graduação, como ocorre na maior parte das áreas do conhecimento. Em termos educacionais, a nova configuração histórica é bastante diversa daquela de sessenta anos atrás quando

foram definidos os currículos de “Letras”. São imprescindíveis interfaces com as ciências humanas e sociais, comunicações e artes e, sobretudo, com as novas mídias, em termos de ensino e pesquisa, cujos hábitos devem ser criados desde esses níveis de ensino.

A autonomização das áreas também tornará possível um acompanhamento mais sistemático dos programas de pós-graduação, em especial aqueles das regiões mais carentes do país. Será importante a definição de estratégias para a fixação de docentes nessas regiões e de desenvolvimento de programas em cooperação com similares já mais consolidados. A área de Letras e Linguística praticamente já possui programas em todos os estados do país, tornando imperativo um melhor acompanhamento de suas atividades.

No plano específico do desenvolvimento da pós-graduação, a autonomia permitirá, pelo melhor foco das pesquisas e melhor diálogo entre as esferas da coordenação das áreas, o surgimento de um maior número de programas de excelência. Constitui meta de Letras e Linguística aumentar, não apenas manter, o número de programas de excelência (conceitos “6” e “7”). Para tanto, é imprescindível um incremento do apoio aos projetos dessas áreas, que, para tanto, devem ter impacto sociocultural. Entende-se que a autonomia das duas áreas potencializará a possibilidade de se criar atitudes novas para que o crescimento necessário de Letras e de Linguística não se esgote somente num crescimento numérico. Para que este crescimento numérico repercuta sobre a qualidade do conjunto, é preciso que se tomem atitudes capazes de propiciar um acompanhamento mais cuidadoso e próximo das demandas de novos programas e da sustentação dos existentes. Trata-se de sustentar a qualidade da capacidade instalada pelo sistema de pós-graduação.

Vale ressaltar, enfim, que a autonomia das duas áreas não implica insulamento, mas estratégias relativamente autônomas para se caminhar conjuntamente, como acontece com as áreas biológicas, médicas, exatas e tecnológicas. E, mesmo, como ocorre nas Humanas com as Ciências Sociais e as áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Os documentos dessas áreas correlatas mantêm critérios comuns (maior parte dos respectivos documentos) e diferem no específico, em especial nas ponderações do Qualis periódicos. A existência autônoma das áreas, além de potencializar o melhor atendimento de suas especificidades, alarga as possibilidades de Letras e Linguística desenvolverem mais livremente, do ponto de vista institucional e intelectual, articulações com outras áreas do conhecimento.

Em termos políticos, tal como ocorre com a ANPOCS, a ANPOLL continuará a reunir os docentes das áreas de literatura e de lingüística, um fórum a ser dinamizado em seus aspectos políticos. É imprescindível pensar politicamente as áreas de Letras e Lingüísticas, de forma a desenvolver ações que aliem reflexão teórica e crítica sobre nossos objetos de pesquisa. Em sentido prospectivo, precisamos nos voltar para políticas articuladas com as esferas sociais e de Estado.

**Comissão de Letras e Linguística – Capes/MEC**

Benjamin Abdala Junior (coordenador de L&L - Capes/MEC)

Célia Marques Telles (Coordenadora adjunta de L&L - Capes/MEC)

Eduardo Junqueira Guimarães (Unicamp)

Eneida Leal Cunha (UFBA)

Maria Margarida Salomão (UFJF)

Regina Zilberman (UFRGS)